CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE : N° 1675/84 - (PROC.DREC.4888/84

INTERESSADA : ZILDA APARECIDA DE LIMA

ASSUNTO : REGULARIZAÇÃO DE VIDA ESCOLAR

RELATOR : CONS° LUIZ ROBERTO DA SILVEIRA CASTRO

PARECER : 1 8 9 8 / 8 4 - CESG - APROVADO EM 21/11/84

1. HISTÓRICO:

1.1. A direção da EEPSP "Dr. Tomás Alves", através dos órgãos competentes, encaminha a este Colegiado pedido de convalidação de atos escolares praticados pela aluna ZILDA APARECIDA DE LIMA na habilitação de Patologia Clínica.

1.2. Os fatos que determinaram a irregularidade na vida escolar da aluna são os seguintes:

- 1.2.1. apresentando apenas um formulário, em cujo cabeçalho se lê "Termo de Opção para o Ensino de 2º Grau" e preenchido um dos espaços como EEPSP "Carlos Gomes", a aluna foi matriculada, em 1982, na 2ª série da Habilitação Profissional Plena de Patologia Clínica, da EEPSP "Dr. Tomás Alves", de Campinas - fls.4 do apenso;
- 1.2.2. como obtivesse promoção, foi, no ano seguinte, matriculada na 3ª série, sem entretanto apresentar a documentação já necessária na matrícula;
- 1.2.3. a falta da documentação fez com que seu nome não constasse na lauda de concluintes de 1983;
- 1.2.4. em 1984, a escola de destino solicita, diretamente à EEPSP "Carlos Gomes", o histórico escolar referente, à 1ª série do 2º grau e, quando com o documento em seu poder, verifica que a aluna havia sido retida em componente do núcleo comum Física;
- 1.2.5. atualmente, a aluna encontra-se cursando a 4ª e última série da habilitação supracitada.

1.3. As autoridades preopinantes manifestam-se favoráveis à convalidação da matrícula e a CEI, fundamentada na Indicação CEE 7/83 e Pareceres deste Colegiado em casos análogos, posiciona-se a favor de exame especial.

2. APRECIÇÃO:

2.1. Versam os autos sobre regularização de vida escolar de

aluna matriculada na 2ª série do 2º grau em 1982.

2.2. Note-se de início que a escola aceitou a matrícula da aluna na 2ª série apenas pela sua declaração verbal, já que o documento apresentado é mera declaração de desejo de continuar seus estudos na 2ª série, sem qualquer indício de que estaria aprovada na 1ª, com o que a escola assumiu todo o risco de uma falsa declaração verbal, se é que houve.

2.3. Por outro lado, a escola negligenciou a obtenção do documento, reiterando, sem sucesso, o pedido dos documentos a aluna sem se preocupar em levar o caso ao conhecimento das autoridades administrativas do sistema de ensino, que dispõem de meios para compelir a escola de origem a fornecê-los.

2.1. Causa espanto que a inspeção escolar, exercida no sistema não tenha detectado a falha senão no ano letivo de 1984 quando a escola recebeu o documento escolar com 26 meses de atraso.

2.5. Assim, diante dos fatos ora expostos, se constata que

- por parte da EEPSG "Carlos Gomes" de Campinas, houve prevaricação na expedição do documento da aluna, pois a direção da EEPSG "Dr. Tomas Alves" só o obteve após "insistentes pedidos", conforme afirma no ofício 13/84 (fls.03);

por parte da EEPSG "Dr. Tomas Alves", de Sosas, houve negligência em acionar os órgãos superiores para a obtenção do referido documento e imprudência ao matricular a aluna sem nenhuma base documental.

- por parte dos gentes de inspeção da 1ª DE de Campinas houve negligência por não detectar, no ano da matrícula, a falha da escola.

2.6. Como se tratam de escolas estaduais da mesma região, com o mesmo currículo na Parte Comum, constando, portanto, Física no Núcleo Comum da EEPSG "Dr. Tomas Alves"; o não cumprimento dessa disciplina redundou em lacuna curricular no histórico da aluna, pelo que estando ela ainda cursando a escola, deve se submeter a exame especial desse componente.

3. CONCLUSÃO:

Em face do que consta nos autos e nas considerações anteriores, entendemos que:

3.1. Deve a aluna ZILDA APARECIDA DE LIMA se submeter a exame especial de Física na própria escola que frequenta.

3.2. Fica convalidada a matrícula efetuada na 2ª série do 2º grau da aluna em tela, bem como seus estudos de 2º grau, desde que a referida aluna seja aprovada no exame especial de Física.

3.3. A Secretaria de Estado da Educação deve apurar as responsabilidades pelas falhas apontadas no item 2.5., remetendo a este Conselho o relatório pertinente.

CESG, aos 31 de outubro de 1984

a) CONSº LUIZ ROBERTO DA SILVEIRA CASTRO
Relator

4. DECISÃO DA CÂMARA:

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu Parecer o VOTO do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros César Aucusto Teixeira de Carvalho, Hélio Jorge dos Santos, Pe. Lionel Corbeil, Luiz Roberto da Silveira Castro, Maria Aparecida Tamasso Garcia e Renato Alberto T. Di Dio.

Sala das Sessões, aos 07 de novembro de 1984

a) CONSº Pe. LIONEL CORBEIL
Presidente

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 21 de novembro de 1984.

a) CONSº CÉLIO BENEVIDES DE CARVALHO
PRESIDENTE